



Assembleia Nacional da Zâmbia

Edifícios do Parlamento

CAIXA POSTAL 31299

www.parliament.gov.zm

RELATÓRIO DO PAÍS DA ZÂMBIA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DA 55ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA DA SADC, REALIZADA EM LUANDA, ANGOLA, DE 1 A 7 DE JULHO DE 2023

	RESOLUÇÃO	ATUALIZAR E COMENTAR
1.	Os Parlamentos Membros da SADC devem dar prioridade à integração da SDSR nas políticas de alterações climáticas, enfatizando a necessidade de abordar o impacto desproporcional nas populações vulneráveis, especialmente mulheres e raparigas, através de uma elaboração de políticas baseada em evidências, e	No âmbito do Projecto de SDSR, VIH/SIDA e Governação da Assembleia Nacional, foi criado um Grupo de Trabalho subtécnico para explorar possíveis áreas de intervenção por parte dos Deputados. O grupo é composto por tecnocratas oriundos de ministérios competentes, funcionários do parlamento e OSC que trabalham na área das alterações climáticas e da SDSR.

	<p>sublinhando o papel crítico dos parlamentares na promoção de estratégias inclusivas que salvaguardem a saúde e os direitos de todos os indivíduos.</p>	<p>O Grupo de Trabalho Técnico fornecerá principalmente provas e dados aos parlamentares, que serão utilizados para informar as intervenções jurídicas, políticas e de defesa no que diz respeito ao impacto das alterações climáticas na obtenção e gozo dos direitos sexuais reprodutivos pelos cidadãos da Zâmbia.</p> <p>Para este efeito, o Parlamento da Zâmbia reforçou as interações entre o trabalho dos parlamentares da SDSR e da Convenção sobre as Alterações Climáticas</p>
<p>2.</p>	<p>Apela aos Parlamentos Membros da SADC para que garantam recursos suficientes para intervenções que abordem tanto a acção climática como a SDSR, dando prioridade aos serviços de saúde, à educação e aos programas de resiliência climática, enfatizando a necessidade de desenvolver uma ferramenta de marcação e acompanhamento orçamental para monitorizar com precisão a atribuição e utilização dos fundos para permitir uma supervisão transparente.</p>	<p>A Assembleia Nacional da Zâmbia, em Outubro de 2024, lançou a implementação completa da Análise Orçamental Sectorial (SBA). Aproveitando a análise orçamental aprofundada, o projecto convidou vários membros do seu grupo de trabalho técnico para contribuir no processo de elaboração do orçamento.</p> <p>A equipa do Projecto SDSR, o Caucus das alterações climáticas e os parceiros seleccionados que formam o grupo de trabalho técnico, a partir de 2025, trabalharão em estreita colaboração com o Gabinete do Orçamento Parlamentar e aproveitarão a Análise do Orçamento Sectorial, capacitando os deputados nas comissões relevantes do parlamento para realizarem eficazmente a análise orçamental e o acompanhamento dos fundos atribuídos à acção climática. Isto será feito em consonância com o SBA já existente do orçamento da Saúde em geral e da SDSR em particular, que é coordenado pelos investigadores da SDSR e por um consórcio de parceiros da OSC.</p>

<p>3.</p>	<p>Apela aos Paramentos Membros da SADC para que estabeleçam uma Aliança Parlamentar para a Segurança Alimentar e Nutrição na África Austral, para promover a adopção de políticas, estabelecer quadros legislativos, aumentar a sensibilização e alocar recursos para a implementação de políticas e programas.</p>	<p>A Assembleia Nacional da Zâmbia estabeleceu em 2022 uma Aliança Parlamentar sobre Segurança Alimentar e Nutrição composta por mais de 100 Deputados.</p> <p>Para este efeito um Foi realizada uma avaliação das necessidades de formação entre os parlamentares zambianos sobre o investimento responsável na agricultura e nos sistemas alimentares (CFS RAI).</p> <p>Daqui resultaram dois workshops de formação sobre Investimento Responsável na Agricultura e Sistemas Alimentares, de 23 a 24 de Novembro de 2022, e no workshop das partes interessadas, no dia 25 de Novembro de 2022.</p> <p>Da mesma forma, em Setembro de 2024, foi realizada uma formação de orientação para os Membros da Aliança Parlamentar sobre Segurança Alimentar e Nutrição sobre a Transformação dos Sistemas Alimentares na Zâmbia e o seu significado para o desenvolvimento nacional. A formação foi realizada em parceria com a Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição (NFNC) em conjunto com a GIZ e a UNICEF.</p> <p>O trabalho em torno da nutrição levou a uma série de intervenções entre os parlamentares sobre alimentação e nutrição</p>
<p>4.</p>	<p>Os Paramentos Membros da SADC devem monitorizar e fazer cumprir a implementação das leis relacionadas com a segurança alimentar e nutricional,</p>	<p>A Assembleia Nacional da Zâmbia reconhece o papel fundamental das políticas e da legislação na transformação da agricultura para</p>

<p>coordenar o envolvimento com as partes interessadas relevantes e defender um maior investimento nas políticas de nutrição e do sistema alimentar. Nutrição</p>	<p>uma maior segurança alimentar. Assim sendo, através da sua função de fiscalização, observou que as seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Desenvolvimento de Políticas A Segunda Política Agrícola Nacional está a ser revista para incorporar as tendências emergentes no sector agrícola. b) O governo implementou a Estratégia Nacional de Diversificação de Culturas 2014-2028, que visa reforçar a produção agrícola de diversas variedades de culturas para aumentar a diversidade. b) Programa Abrangente de Apoio à Transformação Agrícola (CATSP) está a guiar investimento dos sectores público e privado na agricultura, com enfoque nas cadeias de valor; c) Nacional Política de Rega e Plano de Desenvolvimento (PNIDP) é o que orienta os investimentos em infraestruturas e tecnologia de rega para mitigar os impactos da variabilidade climática; d) A Estratégia de Desenvolvimento Agroindustrial está a ser implementada e centra-se na mecanização, na adição de valor e no reforço das cadeias de abastecimento para modernizar o sector agrícola; <p>Em termos de Apoio Legislativo, tO Parlamento da Zâmbia tem, em muitas ocasiões, exigido que as leis agrícolas com objectivos de industrialização sejam revistas e alinhadas para que facilitem o investimento e a participação do sector privado em áreas críticas como o processamento e a comercialização.</p>
---	---

<p>5.</p>	<p>Os Parlamentos Membros da SADC devem participar activamente na avaliação do actual Plano Regional de Investimento Agrícola (RAIP) e defender o desenvolvimento do próximo RAIP (2025-2030), sublinhando a importância de alinhar as políticas agrícolas nacionais com o RAIP, operacionalizar o Fundo de Desenvolvimento Agrícola da SADC, e promover recursos e coordenação eficazes para a implementação.</p>	<p>A Zâmbia alinha com as políticas agrícolas com o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP); bem como outros quadros de integração regional, como as Estratégias de Segurança Alimentar e de Resiliência Climática no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).</p> <p>Na mesma linha, o Parlamento da Zâmbia, durante o período em análise, continuou a fazer uma série de intervenções em torno do investimento agrícola.</p>
<p>6.</p>	<p>Os Parlamentos Membros da SADC devem dar prioridade ao reforço da liderança política e do compromisso a todos os níveis para alcançar os objectivos do Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP), destacando a importância de aumentar a despesa pública na agricultura, melhorar os sistemas de recolha e gestão de dados e promover parcerias para uma implementação eficaz.</p>	<p>O Parlamento da Zâmbia irá explorar isto mais à frente</p>
<p>7.</p>	<p>Os Parlamentos nacionais da SADC devem aproveitar os seus mandatos legislativos para promulgar e supervisionar leis que se centram na prevenção e gestão dos riscos eleitorais e no aumento da resiliência nos</p>	<p>O Parlamento da Zâmbia notou que a Comissão Eleitoral da Zâmbia tem mantido compromissos regulares com os partidos políticos através de várias plataformas. Por exemplo, a Comissão Eleitoral da Zâmbia partilhou o roteiro para as Eleições Gerais de 2026 com os partidos políticos.</p>

	<p>processos eleitorais para garantir a integridade e credibilidade das eleições em toda a região.</p>	<p>Além disso, no inquérito para aumentar a integridade da Comissão, incorporou também organizações da sociedade civil no Comité Nacional de Gestão de Conflitos e no Comité Nacional de Educação Eleitoral. O Comité Nacional de Gestão de Conflitos resolve as disputas eleitorais enquanto o Comité Nacional de Educação Eleitoral supervisiona as atividades de educação eleitoral.</p> <p>Além disso, a Comissão melhorou as interações com os meios de comunicação social através de vários fóruns e constituiu órgãos de comunicação social em todas as províncias como um fórum para melhorar a sua interação com os meios de comunicação social.</p>
<p>8.</p>	<p>Os Parlamentos Nacionais devem acelerar a domesticação e a implementação dos instrumentos internacionais e regionais dos direitos da criança, assegurando que as leis nacionais estão alinhadas com a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar das Crianças.</p>	<p>O Parlamento da Zâmbia aprovou Lei do Código da Criança, n.º 12 de 2022. Na sua essência, é uma consolidação de várias leis que dizem respeito ao bem-estar das crianças, um quadro jurídico feito à medida concebido para garantir que os direitos das crianças são defendidos, respeitados e protegidos. A sua plena implementação representa um passo significativo para a criação de uma sociedade livre das injustiças que as crianças muitas vezes enfrentam.</p> <p>Esta lei transformadora está alinhada com os tratados internacionais sobre os direitos das crianças que a Zâmbia assinou. Ao incorporar estes direitos na nossa legislação nacional, o Código prevê que cada indivíduo seja responsabilizado por qualquer falha na defesa destes direitos.</p>

9.	Os Parlamentos Nacionais devem apoiar a legislação e as políticas destinadas a alcançar o acesso universal a uma educação de qualidade, especialmente para as crianças marginalizadas e vulneráveis, e expandir os serviços de saúde para incluir um apoio abrangente à saúde infantil e à saúde mental.	<p>Isto Lei do Código da Criança (Lei n.º 12) de 2022 codifica vários direitos das crianças, incluindo o direito à protecção social e aos serviços sociais, o direito aos cuidados de saúde, aos cuidados parentais e à educação.</p> <p>Além disso, a Lei também descreve as responsabilidades dos pais, que incluem fornecer às crianças alimentação, abrigo, vestuário, cuidados médicos, educação e orientação. Estas disposições sublinham que todos temos um papel a desempenhar na garantia do bem-estar e do futuro dos nossos filhos.</p> <p>Para promover a educação, o Parlamento da Zâmbia participou nas reformas curriculares sobre competências para a vida e educação para a saúde. Esta foi uma reunião multilateral que facilitou a criação de um currículo nacional que seja inclusivo e que reflita as diversas necessidades e origens das crianças, incluindo os grupos marginalizados.</p> <p>O novo currículo de competências para a vida e educação para a saúde já foi aprovado.</p>
10	Os Parlamentos Nacionais devem promulgar e fazer cumprir leis para eliminar práticas culturais prejudiciais, como o casamento infantil e a mutilação genital feminina, acompanhadas de campanhas de sensibilização pública e estratégias de envolvimento comunitário.	<p>O Lei do Código da Criança (Lei n.º 12) de 2022 anteriormente citada é uma lei abrangente que rege as crianças. A lei estabelece o princípio do interesse superior da criança (que a Constituição da Zâmbia define como uma pessoa com 18 anos de idade ou menos).</p> <p>A Lei proíbe a discriminação de crianças “com base na raça, cor, sexo, género, idade, língua, opinião política ou outra, consciência,</p>

		<p>crença, tribo, gravidez, saúde, origem étnica ou social, deficiência, propriedade, nascimento, situação económica ou outro estatuto.”</p> <p>A lei inclui uma série de disposições que protegem as crianças de práticas prejudiciais. Proíbe a mutilação genital feminina e a sujeição das crianças ao casamento infantil “ou a ritos culturais e práticas religiosas ou tradicionais que possam afectar negativamente a vida, a saúde, o bem-estar social, a dignidade e o desenvolvimento físico ou psicológico da criança” . Proíbe ainda o abuso ou exploração sexual de crianças, a utilização de crianças na prostituição, a persuasão ou coação de crianças para se envolverem em atividades sexuais e a exposição de crianças a material obsceno ou pornográfico, entre outros.</p>
11	Os Parlamentos Nacionais devem formular e monitorizar a implementação de medidas específicas para proteger e reabilitar as crianças afectadas por conflitos armados, incluindo o seu regresso seguro à educação e à normalidade, e impedir o seu recrutamento para as forças armadas.	A Assembleia Nacional, através das Comissões Parlamentares, do Grupo SRHR, do Grupo Parlamentar das Crianças e do Grupo Parlamentar das Mulheres da Zâmbia, tem monitorizado a implementação do Lei do Código da Criança (Lei n.º 12) de 2022. Um dos principais aspetos a observar é a forma como a lei tratará implementação de medidas específicas para proteger e reabilitar as crianças afectadas por conflitos armados, incluindo o seu regresso seguro à educação e à normalidade, e impedir o seu recrutamento para as forças armadas.
12	Os Parlamentos Nacionais devem formular ou rever legislação sobre a adopção e o tráfico de seres humanos, enfatizando a promoção e a priorização dos cuidados de parentesco para garantir que os melhores interesses da criança são defendidos.	A Assembleia Nacional, através das Comissões Parlamentares, do Grupo SRHR, do Grupo Parlamentar das Crianças e do Grupo Parlamentar das Mulheres da Zâmbia, tem monitorizado a implementação do Lei do Código da Criança , n.º 12 de 2022 e a Lei do Tráfico de Formigas, n.º 11 de 2008 no que diz respeito

		<p>à promoção e priorização dos cuidados de parentesco para garantir que os melhores interesses da criança são respeitados.</p>
13	<p>Os Estados-Membros devem aprovar novas leis para alterar as leis eleitorais e as leis dos partidos políticos a nível nacional e local para criminalizar a violência contra as mulheres nas eleições e na política (VAWE&P) e fazer cumprir as leis.</p>	<p>O Parlamento da Zâmbia notou que a Comissão Eleitoral da Zâmbia constituía um Comissão Técnica da Reforma Eleitoral constituída por diversas instituições e representantes de diversos sectores. Aspectos da participação das mulheres e a Violência contra as Mulheres nas Eleições e na Política (VAWE&P) são algumas das questões-chave que o Comité Técnico está a considerar nos fóruns de consulta.</p> <p>Os parlamentares têm acompanhado de perto o Comissão Técnica para a Reforma Eleitoral e participou em algumas audições públicas e reuniões consultivas. As questões da baixa participação das mulheres e a violência contra as mulheres nas eleições e na política tem sido rigorosamente debatida.</p> <p>Uma das reformas progressistas é que a Comissão está em processo de integração do conteúdo da educação eleitoral no currículo escolar, de forma a promover a educação eleitoral contínua.</p>
14	<p>Os Estados-Membros da SADC aumentam a sensibilização e a mudança de normas através da formação e sensibilização dos parlamentos, dos decisores políticos, do sistema judicial, das autoridades policiais/polícia sobre o custo da VAWP e da</p>	<p>A Assembleia Nacional da Zâmbia e outros parceiros reconhecem a violência contra as mulheres na política, bem como a violência geral baseada no género, um verdadeiro desafio na Zâmbia.</p> <p>Para este efeito, foram realizadas uma série de actividades, especialmente sobre a VBG, para fornecer provas e identificar soluções viáveis para o desafio.</p>

	VBG para as mulheres na vida pública e a necessidade de garantir a sua segurança.	
15	Os Estados-Membros devem prestar às vítimas da VBG e da VAWP apoio, protecção e acesso à justiça, bem como garantir assistência de emergência e medidas de segurança para as vítimas.	<p>A Assembleia Nacional, através do projecto SDSR, VIH/SIDA e Governação, continua a fazer pressão para as disposições da lei que apoiam lares seguros e tribunais rápidos contra a VBG, para facilitar as vítimas da VBG. Na mesma linha, os parlamentares têm aproveitado o fundo de desenvolvimento do círculo eleitoral em alguns círculos eleitorais para que estes fundos sejam utilizados para construir tais instalações.</p> <p>Na frente do Governo, o Governo da Zâmbia, em colaboração com Organizações da Sociedade Civil, realizou formação com Magistrados dos Tribunais Subordinados sobre igualdade de género e melhores práticas para encorajar os sobreviventes da VBG a denunciar casos aos tribunais locais. Um total de 30 Magistrados de Tribunais Subordinados de vários distritos foram formados em 2024.</p>
16	Os Estados-Membros devem criar mecanismos de queixa e protocolos de resposta, bem como estabelecer e aplicar sanções eficazes para as vítimas da VAWP.	O Parlamento da Zâmbia aguarda para ver se isto faz parte do resultado das reformas apresentadas durante as audições públicas.